

Pedimos que grandes ideias sejam trazidas à esta Casa. Coisas importantes para a sociedade precisam começar aqui e terminar aqui, em respeito à Constituição Federal, cujo artigo 1º, parágrafo único, diz: “Todo o poder emana do povo, e em seu nome será exercido por representantes eleitos.” E, por isso que nada mais poderia representar o início desta legislatura, como um evento com a Associação Comercial.

Eu me lembro, querido Guilherme, em 1995, depois de um tempo já não é bom lembrar mais data, mas nós estávamos no “Bom Dia São Paulo”, ainda embaixo do Minhocão e eu, naquela época, promotor de Justiça, te perguntava a respeito da crise e você dizia: “A crise também é um momento de oportunidade”, remetendo a Winston Churchill, que dizia: “Para o pessimista, toda oportunidade não passa de uma dificuldade, mas para o otimista, cada dificuldade é uma nova oportunidade.”

Que esteja aqui a oportunidade de darmos as mãos e caminharmos juntos por um Brasil maior e de maior credibilidade. (Palmas.)

Esgotado o objeto da presente sessão, a Presidência agradece às autoridades, aos funcionários da Casa, e a todos que com suas presenças colaboraram para o êxito desta solenidade e convido a todos para um coquetel comemorativo no Hall Monumental, cujo acesso pode se dar por estas saídas que estão à frente dos senhores.

Está encerrada a sessão. (Palmas.)

\* \* \*  
- Encerra-se a sessão às 11 horas e 55 minutos.  
\* \* \*

## 25 DE MARÇO DE 2015 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: **FERNANDO CAPEZ**

### RESUMO

#### ORDEM DO DIA

- 1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ  
Abre a sessão. Coloca em discussão o PL 595/14.
- 2 - CARLOS NEDER  
Discute o PL 595/14.
- 3 - JOÃO PAULO RILLO  
Discute o PL 595/14.
- 4 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ  
Encerra a discussão e coloca em votação o PL 595/14.
- 5 - CAMPOS MACHADO  
Encaminha a votação do PL 595/14, em nome do PTB.
- 6 - CARLOS CEZAR  
Para comunicação, justifica o voto favorável do PSB ao PL 595/14. Apóia a criação de blocos parlamentares nesta Casa.
- 7 - TEONILIO BARBA  
Encaminha a votação do PL 595/14, em nome do PT.
- 8 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ  
Coloca em votação e declara aprovado o PL 595/14.
- 9 - GERALDO CRUZ  
Informa que a bancada do PT encaminhará declaração de voto ao PL 595/14.
- 10 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ  
Registra a manifestação. Informa que, em 27/03, deverá ser realizada, nesta Casa, sessão itinerante da Câmara dos Deputados. Ressalta que, até este momento, a oposição não protocolou nenhum pedido de CPI.
- 11 - ROBERTO MASSAFERA  
Para reclamação, menciona acontecimentos que o levam a crer que o Executivo não demonstra o devido respeito a esta Casa. Pede ao presidente Fernando Capez que se posicione de forma que o Legislativo tenha maior independência.
- 12 - JOÃO PAULO RILLO  
Para reclamação, faz coro ao pronunciamento do deputado Roberto Massafiera. Rebate declaração do presidente Fernando Capez a respeito da apresentação de CPIs. Defende maior diálogo entre as bancadas de situação e oposição.
- 13 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ  
Afirma que tomará providências quanto às questões levantadas pelos deputados Roberto Massafiera e João Paulo Rillo. Argumenta que a Presidência não pode intervir para a criação de CPI, se o pedido não tiver o número regimental de assinaturas.
- 14 - DAVI ZAIÁ  
Para comunicação, defende o PL 595/14, aprovado nesta sessão.
- 15 - CARLÃO PIGNATARI  
Para comunicação, defende a relevância das CPIs protocoladas nesta Casa. Comenta pronunciamento do deputado Roberto Massafiera.
- 16 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ  
Encerra a sessão.  
\* \* \*  
- Abre a sessão o Sr. Fernando Capez.  
\* \* \*

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.  
\* \* \*

- Passa-se à

### ORDEM DO DIA

\* \* \*  
O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposições em Regime de Urgência.

Projeto de lei nº 595, de 2014, de autoria do Sr. Governador. Dispõe sobre a extinção da Fundação Centro Educativo, Recreativo e Esportivo do Trabalhador - Ceret. Pareceres nºs 1421, 1422 e 1423, de 2014, respectivamente, da Comissão de Justiça e Redação e de relatores especiais pelas Comissões de Administração Pública e de Finanças, favoráveis.

Em discussão. Para discutir contra, tem a palavra o nobre deputado Carlos Neder.

O SR. CARLOS NEDER - PT - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nós estamos enfrentando uma discussão na Assembleia Legislativa que diz respeito à extinção da Fundap e do Cepam. São duas fundações públicas que prestam relevantes serviços ao estado de São Paulo e aos municípios e em benefício, inclusive, das câmaras municipais.

São vários os órgãos estaduais que recorrem à Fundap e ao Cepam para a elaboração de políticas públicas e apoio daquelas atividades que são lhe são inerentes. O governo estadual encaminhou à Assembleia Legislativa este projeto que visa à extinção de outra fundação, o Ceret.

Quero lembrar que temos constituída na Assembleia Legislativa a Frente Parlamentar em Defesa dos Institutos Públicos de Pesquisa e das Fundações Públicas do Estado de São Paulo.

Por ocasião dos debates ocorridos nesta Casa em relação à renovação da Mesa Diretora, nós conversamos com S. Exa., nobre deputado Fernando Capez, hoje presidente desta Casa,

no sentido de evitar o uso de certas práticas que foram se tornando corriqueiras, tais como a indicação de relatores especiais, passando ao largo do funcionamento das comissões permanentes da Assembleia, e a não realização de audiências públicas, que devem ser um expediente utilizado dentro da normalidade democrática.

Dessa forma, iremos fortalecer a Assembleia Legislativa e melhorar a sua imagem junto à opinião pública, até porque interessa aos Srs. Deputados a vinda de representantes do primeiro escalão do Governo Geraldo Alckmin a esta Casa para que possamos entender o porquê de determinados projetos serem encaminhados, sobretudo quando o são em regime de urgência, como é o caso, por exemplo, das duas propostas de extinção das fundações Cepam e Seade.

No pronunciamento que fez logo após a sua eleição, S. Exa. parece ter concordado com essas premissas, no sentido de não lançarmos mão de relatoria especial, porque isso acaba diminuindo o papel dos parlamentares e amesquinhando a própria função do nosso Poder Legislativo.

Este projeto que agora estamos analisando, o Projeto de lei nº 595, de 2014, trata da extinção de outra fundação, o Ceret. Acontece que a Fundação Ceret está vinculada a um próprio do Governo do Estado que foi cedido ao município de São Paulo na gestão do ex-prefeito Gilberto Kassab. Tendo sido recebido pelo município de São Paulo, não chegou a ser incorporado ao patrimônio municipal na medida em que não foi feita uma cessão com autorização legislativa.

Trata-se, portanto, da entrega provisória, a título precário, de um próprio estadual, que não foi feita mediante autorização legislativa. Precisamos, então, saber em que condições esse próprio, que é o Ceret, foi entregue ao governo municipal na gestão do ex-prefeito Gilberto Kassab.

Precisamos saber os termos que permitiram a entrega desse próprio estadual ao município de São Paulo e se a extinção da Fundação Ceret trará prejuízos à permanência desse próprio, que - repito - está sob responsabilidade e gestão da Prefeitura de São Paulo.

Além disso, é preciso esclarecer aos Srs. Deputados quantos trabalhadores permanecem contratados hoje na Fundação Ceret. Quando houve a criação dessa fundação mediante projeto de lei, havia a previsão de um quadro de trabalhadores, lembrando que há um decreto de 2013, o Decreto nº 59.200, de 19 de maio, que alterou o Decreto nº 53.031, de 2008, para permitir o uso deste imóvel pelo município de São Paulo, fixando um prazo de 99 anos. Esse prazo permitiu a incorporação provisória desse centro recreativo na Secretaria de Esportes, Lazer e Recreação e atualmente na Secretaria de Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo.

Na bancada do Partido dos Trabalhadores, não queremos nos sobrepor a um acordo feito no Colégio de Líderes, envolvendo inclusive o líder de nossa bancada. Entretanto, queremos alertar que a extinção de um órgão como este - e não é a única que está sendo objeto de análise na Assembleia Legislativa de São Paulo - deve vir necessariamente acompanhada de uma descrição da fundação ou órgão que se pretende extinguir, de qual é o seu quadro de funcionários, qual é o vínculo contratual que há com esses trabalhadores, se há trabalhadores estaduais que tenham sido municipalizados e se a extinção de uma fundação como esta implicaria em rever a cessão feita, ainda que a título precário, mediante decreto, para que a gestão ocorresse sob a responsabilidade do município de São Paulo.

Temos aqui uma declaração de voto do Partido dos Trabalhadores, que depois será retomada pelo líder da nossa bancada, mas da qual eu gostaria de destacar alguns aspectos.

Em primeiro lugar, no caso do Projeto de Lei nº 565, de 2014, existem argumentos que não se mostram verdadeiros. O Governo do Estado tem executado uma política de redução de gastos, em nome do ajuste fiscal. Entretanto, isso se faz em nome da austeridade. Era de se imaginar, então, que a extinção de órgãos recalsse, sobretudo, sobre aqueles órgãos que têm participação mais expressiva no Orçamento do estado de São Paulo.

Se formos analisar qual tem sido a participação das fundações Ceret, Fundap e Cepam no Orçamento do Estado, vamos ver que este argumento não se sustenta, pois é tão irrisória a participação delas na composição do Orçamento que não é crível, não é razoável, dizer que a extinção está se fazendo em nome de uma racionalidade administrativa ou do ajuste fiscal ou da contenção de gastos.

Os trabalhadores da Fundap já estiveram aqui na Assembleia Legislativa mostrando que o impacto do orçamento da Fundap no Orçamento geral do estado não vai além de 0,01 por cento. Então, em nome da economia de 0,01%, pede-se à Assembleia Legislativa de São Paulo que faça a extinção de órgãos como a Fundap ou o Cepam.

Quem já foi prefeito municipal ou quem já esteve à frente de uma Câmara Municipal sabe da contribuição do Cepam, como fundação, para as políticas públicas desenvolvidas em seu município. Não podemos aceitar que a extinção se faça simplesmente em nome desse objetivo de contenção de gastos, sem que os dados correspondentes sejam apresentados.

Em 2008, o Ceret executou uma verba orçamentária de um milhão e 400 mil reais. Vou repetir: o Ceret executou, em 2008, ano em que foi aprovado o decreto, um orçamento de um milhão e 400 mil reais, contando, naquela ocasião, com 51 servidores. Em 2009, a verba orçamentária efetivamente executada foi reduzida para um milhão de reais e, portanto, houve uma redução para 34 servidores.

Então, está sendo proposta aqui a extinção de uma fundação sem que saibamos, nesse momento, qual é o quadro efetivo de funcionários da fundação Ceret. Nesse sentido, dirijo-me ao líder da bancada do PSDB. Não sei se já temos o líder do Governo formalmente designado. Parece-me que não, então temos uma dificuldade de diálogo com quem poderia, em nome do Poder Executivo, nos informar quantos são hoje os trabalhadores do Ceret; em que condições eles foram contratados; se há servidores estaduais que tenham sido municipalizados; se no acordo feito com a Prefeitura de São Paulo constava a permanência desses servidores e se eventualmente, estando na Prefeitura de São Paulo trabalhando no Tatuapé, eles seriam substituídos por servidores estaduais ou municipais.

Questões desse tipo não têm nenhum caráter protelatório, mas apenas o interesse de afirmar o papel do Poder Legislativo, mas apenas o interesse de afirmar o papel do Poder Legislativo, que chama para si a responsabilidade de fazer a extinção de um órgão, hoje um órgão pequeno, que não tem tanta visibilidade, mas que em seguida enfrentará a discussão da extinção da Fundap e do Cepam, situações que se equivalem.

Há um pedido por parte do Poder Executivo de que a autorização parta da Assembleia. Ao fazer isso, a Assembleia Legislativa dá um cheque em branco para o Poder Executivo, deixando o Executivo com a liberdade de realocar trabalhadores, de realocar o patrimônio dessas instituições, de preservar ou não a cultura institucional, por exemplo, da Fundap, do Cepam ou do Ceret, seja através da administração direta ou recorrendo a outros órgãos da administração indireta.

Nós não podemos, a meu ver, votar um projeto que delega pura e simplesmente ao Poder Executivo, com ampla margem de liberdade, a decisão do quê fazer com o patrimônio dessas instituições, do quê fazer com as suas bibliotecas, do quê fazer com o seu acervo de pesquisa, do quê fazer com a sua cultura institucional, do quê fazer com os contratos ainda hoje firma-

dos, sabendo-se que neste momento, por exemplo, a Fundap tem 35 contratos em andamento no estado de São Paulo e estão sobre a mesa da sua diretoria mais 30 contratos para serem assinados para viabilizar a atuação da Fundap em todo o estado de São Paulo.

Portanto, a nossa presença nessa tribuna não significa uma categórica posição contrária à extinção dessa Fundação, mas estamos pedindo bom senso.

Que também neste caso se realizem audiências públicas, que também nesse caso se ofereçam ao Parlamento estadual as informações mínimas requeridas, tais como: que tipo de acordo foi firmado com a Prefeitura de São Paulo; qual o quadro hoje de trabalhadores do Ceret e que prejuízos eventualmente essa decisão, tomada sem este debate, poderá trazer, não à Prefeitura de São Paulo, mas aos municípios da cidade de São Paulo que utilizam esse equipamento no Tatuapé, cuja extinção pode acarretar problemas também no próprio acordo firmado com a Prefeitura de São Paulo.

Dai porque neste debate nós precisamos retroagir à lei que criou esta Fundação; precisamos saber qual era o quadro de trabalhadores previstos na lei que criou a Fundação; precisamos ter cópia do acordo firmado entre o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura de São Paulo; precisamos saber qual a situação de funcionamento hoje do Ceret no Tatuapé, sob gestão da Prefeitura de São Paulo, e, por fim, se a extinção da Fundação ocorrer, que consequência terá para atos jurídicos perfeitos já firmados quando do acordo assinado pelo Governo do Estado São Paulo com o então prefeito Gilberto Kassab.

Nesse sentido, não estamos nos posicionando de maneira categórica contra essa extinção, mas não queremos criar uma situação que amanhã possa ser utilizada contra o Partido dos Trabalhadores e outros partidos que entendem como necessária a realização de audiências públicas para discutirmos a proposta de extinção da Fundap e do Cepam, para alegar que se criou um precedente aprovando a extinção de uma Fundação que, à semelhança da Fundap e do Cepam, isso se fez sem a realização de audiências públicas e sem permitir um debate em que os próprios trabalhadores pudessem ser participes, ao lado dos deputados e das deputadas, numa discussão que lhe diz respeito.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Tem a palavra, para discutir contra, o nobre deputado João Paulo Rillo.  
O SR. JOÃO PAULO RILLO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, primeiro, quero aqui fazer minhas as palavras do deputado Carlos Neder. Acredito que toda bancada do PT solidarizar-se com sua fala em relação ao método de extinção das fundações no Estado.

Demos um voto de confiança ao Presidente da Assembleia Legislativa, ajudamos a aprovar dois projetos do Judiciário e a extinção agora dessa fundação, na esperança de que mude a metodologia da Assembleia. Espero que com outras fundações, que estão na mira do Governo, como o Cepam e a Fundap, não aconteça a mesma coisa, venha a plenário sem discussão, sem audiência pública e, mais, sem uma única fala de um membro aqui da base do Governo, explicando o projeto e o porquê da extinção.

As provocações feitas pelo deputado Carlos Neder deveriam ser respondidas, no mínimo, pelo líder do Governo no momento, deputado Barros Minhonz. Espero que ele o faça a alguma interrogação, feitas pelo deputado Carlos Neder, que mereceriam respostas aqui.

Quero aproveitar o tempo da discussão do projeto para prestar solidariedade à greve dos professores, solidariedade à Educação, aos alunos da rede pública, a cada unidade escolar.

Sr. Presidente, um governador que trata o professor da maneira que o governador Geraldo Alckmin tem tratado ao longo dos anos, mostra descaço total com o desenvolvimento do Estado, porque não é possível promover desenvolvimento sem educação de qualidade.

Nessa greve dos professores, além da falta pautada de recuperação das perdas salariais, que beira a 75%, consta também o protesto contra o fechamento de três mil classes, a superlotação em salas de aula, a violência dentro da unidade escolar, a falta de estrutura, a inauguração desenfreada de escolas públicas sem a mínima condição de funcionamento, a falta de professor, de inspetor de aluno, e não tem diálogo entre a área da Educação e a Secretaria de Segurança Pública.

Então, presto aqui a minha solidariedade a toda diretoria da Apeoesp, a todos os professores, à presidente da Apeoesp, Bebel, uma liderança de respeito que dignifica a Educação e a categoria de professores.

Sr. Presidente, o governador Geraldo Alckmin tratou a greve de professores como uma novela e todo ano tem essa novela. Pior que isso, o governador Geraldo Alckmin tem estimulado todos os agentes de governo, secretários e a sua comunicação pessoal e do Governo a jogar pais de alunos contra professores, pedindo para que os pais de alunos continuem mandando os alunos para a escola, independente da manifestação, como se a manifestação dos professores não tivesse nada a ver com o Governo do Estado, como se não tivesse justiça, como se não tivesse coerência na paralisação e na pauta de reivindicação dos professores, liderados pela Apeoesp.

Essa forma como o governador lida com o professor é um bom exemplo do apreço que ele tem pelo Estado, do apreço que ele tem pelo desenvolvimento e do apreço que ele tem por cada aluno da rede pública estadual. Ou algum deputado poderia me contestar defendendo a qualidade da Educação no estado de São Paulo, defendendo que professor tem dignidade, sim, e tem bons salários, defendendo que a unidade escolar tem uma boa relação com a comunidade, cumpre um papel no Estado? É óbvio que não, é óbvio que não. Nenhum deputado aqui, em sã consciência, vai fazer a defesa, dizendo que o Estado está completamente correto, que as unidades escolares têm qualidade, segurança, bom funcionamento, qualidade pedagógica e que professor é valorizado, porque não tem como defender.

Como desenvolver um estado se abandonamos a Educação, se tratamos professor como inimigo de Estado? O governador dá um péssimo exemplo de democracia quando trata o professor como inimigo do Estado, quando ele joga pai de aluno contra professor. E essa história é antiga, não é de hoje. O mínimo que nós podemos fazer aqui é prestar solidariedade, é utilizar os instrumentos que a Casa tem para fomentar esse debate.

Mais do que isso, um apelo feito pela presidente da Apeoesp no Colégio de Líderes. É necessária uma mesa de diálogo. Não existe diálogo, não tem uma mesa permanente de conversa entre o Governo do Estado, a Secretaria da Educação e o comando da Apeoesp, o comando de greve da Apeoesp.

A greve é um instrumento dos trabalhadores, é um recurso. É óbvio que ninguém gostaria de resolver os problemas fazendo greve. Seria muito melhor uma mesa civilizada, avançada de diálogo, o que não existe. Então não resta outra alternativa à Apeoesp que não seja o recurso da greve, da mobilização.

Eu presto toda solidariedade. Nosso mandato está engajado no apoio à Educação, aos professores, na cidade e na região em que eu mais atuo. Também quero convencer outros deputados a aderirem a esse movimento e a serem solidários aos professores.

Aproveito ainda para tratar de alguns assuntos da Casa. Presidente Fernando Capez, deputado estadual Fernando Capez foi eleito com 92 votos presidente da Assembleia Legislativa com uma pauta de democratizar este Poder, uma pauta de colocar a Assembleia como protagonista de um processo político. É cedo para fazermos uma avaliação precisa de sua gestão, mas não é cedo para alertar que os primeiros passos deixam a desejar. Sr. Presidente, não tivemos uma posição de V. Exa., a não ser uma posição legalista que, me perdoe, é muito boa nos tribunais, é muito boa nos autos processuais, mas não vale nada em uma casa política, em uma casa onde a discussão política tem que ter relevância.

Quero aproveitar para dialogar com os meus colegas que montaram um bloco. Não é a posição da bancada, porque nós não discutimos ainda, mas é a minha posição de total apoio aos blocos, de regulamentação e fortalecimento dos blocos. É um instrumento da democracia e tem que ser respeitado. Bloco é sinal que existe um mínimo de autonomia. Quem dera se na legislatura passada tivessem mais blocos, com mais autonomia, que não nos rendêssemos a uma lógica de adesismo gratuito ao Governo. Eu não tenho ilusão de que V. Exas. sejam governistas, sejam da base do Governo e de que vão exercer com legitimidade o apoio ao Governo, o que não significa que V. Exas. não possam nunca dizer “não” ao Governo, não possa nunca dialogar com a oposição ou dialogar com outras forças políticas no sentido de dar autonomia a esta Casa.

Nós teremos um excelente relacionamento se soubermos nos respeitar. Eu respeito o direito da maioria, mas exijo respeito à minoria. Não vi uma posição do Presidente, ontem, em um debate acalorado, sobre as CPIs. Sinceramente, Srs. Deputados, a legislatura passada teve uma coisa bizarra, diferente desta, eu tenho que reconhecer. Protocolou-se aqui quase uma dezena de CPIs folclóricas: CPI da cachaça, CPI da gordura hidrogenada, CPI da dentadura, CPI de não sei o quê. É óbvio que não tinha alternativa para nós que não compor CPIs que não tinham o menor sentido.

Esta vez não. Foi uma obstrução um pouco mais qualificada. São CPIs de temas relevantes, e eu reconheço. É muito importante se investigar o trabalho escravo. É muito importante investigarmos os desastres nas ferrovias do estado de São Paulo. É importante darmos continuidade ao trabalho do deputado Adriano Diogo e investigar violência e violação de direitos humanos nas universidades. Agora, é importante investigar o cartel de trens e metrô no estado de São Paulo, é importante investigar o cartel dentro da Sabesp, é importante investigar o cartel dentro da Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE.

Não quero impor a vontade de uma minoria, mas a Casa tem que cumprir um papel, a Casa tem que se posicionar. Espero uma posição minimamente equilibrada do nobre deputado Fernando Capez, do mesmo jeito que me posiciono sem medo e sem restrição. Sou a favor e defenderei o direito de blocos nesta Casa, porque são legítimos e importantes. Essa história de uma hegemonia, de uma Mesa suprema que defende tudo e todo mundo acata é nociva ao Parlamento.

O grande responsável pelo desaparecimento da Assembleia Legislativa na pauta política do estado de São Paulo é o status quo político no estado de São Paulo, é o sufocamento, é a chantagem que os deputados eleitos de maneira legítima sofrem do Governo. Ou vota de maneira incondicional ou não tem prestígio, não tem relação, não é bem atendido. Isso não é crível, não é razoável.

Sei que o bloco tem uma intenção de defender posição política, e tem todo o nosso apoio. Espero também contar com o apoio do bloco, não o apoio ideológico, mas o apoio político a questões levantadas também pela minoria. Podemos ter uma boa convivência.

Ninguém quer derrubar o governador Geraldo Alckmin. Queremos exercer com dignidade e com liberdade o papel que nos cabe constitucionalmente. Essa é a nossa vontade.

Sr. Presidente, V. Exa. foi muitas vezes crítico ao punhal cravado no coração da Assembleia que se transformou o Colégio de Líderes. O que estamos fazendo aqui, e fizemos nessas duas semanas, é muito saudável. Essa discussão em plenário é saudável, mas foi muitas vezes sufocada por uma lógica do Colégio de Líderes, já que lá dentro não tem debate político, não tem debate público.

Que história é essa de definir a pauta e não discutir nada em plenário? Isso é empobrecimento. Os deputados se elegem com vontade de vir para o plenário, de se posicionar, e uma lógica medíocre do Colégio de Líderes sufoca a pauta. Que história é essa de só pautar o que tiver acordado? Onde fica o debate político?

Sr. Presidente, tenho muito esperança até pelo histórico de V. Exa., pelo seu compromisso com a democracia, pelo seu compromisso como jurista e professor de Direito, pelo seu compromisso com uma Casa mais arejada, com método de discussão mais pública. Que o Colégio de Líderes seja um moderador, seja um ponderador, mas ele não pode substituir este plenário. Colégio de Líderes não substitui plenário.

Sr. Presidente, não quero cobrar de maneira precipitada. Estamos dando tempo e voto de confiança a V. Exa., mas vários deputados falaram: Sr. Presidente, é necessária uma pauta antecipada. Não podemos ser pegos de surpresa no Colégio de Líderes. Isso faz mal para a oposição e para a situação. Faz mal para todo mundo. Vamos mudar. Não vamos impor. Temos consciência que somos minoria, de que perdemos a eleição do Governo do Estado. Temos consciência de quem dá o tom da política no Governo do Estado, mas são poderes constituídos e autônomos. Eles se encontram em um apoio programático, mas eles se separam na hora de defender a autonomia e o direito de cada deputado.

Sr. Presidente, quero dizer que temos toda confiança em V. Exa., na sua história. Estamos ao seu lado para promover mais democracia na Casa, desde o fortalecimento e reconhecimento dos blocos até o reconhecimento e o direito da minoria de fazer política na Assembleia Legislativa.

Tenho dito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar a votação pela liderança do PTB.

O SR. PRESIDENTE - FERNANDO CAPEZ - PSDB - Para encaminhar a votação pela liderança do PTB, tem a palavra o nobre deputado Campos Machado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, nobre deputado Fernando Capez, meu grande amigo; meu afilhado, deputado Léo Oliveira; os ventos, dizem os poetas, não são constantes. São mentirosos. Os ventos que vêm do noroeste não são os ventos que vêm do sudeste.

Começo dizendo que o deputado João Paulo Rillo, meu amigo, já mudou de opinião. Que ventos são esses? De onde vieram esses ventos que eu não conhecia? Não sabia qual era a velocidade desses ventos. Mas respeito a mudança do deputado João Paulo Rillo. Trata-se de uma maneira mais simples de aumentar o poder da chamada oposição.

De repente, o meu amigo, deputado João Paulo Rillo, teve louveres a uma situação que até então ele não concordava. Mas começo dizendo, deputado Fernando Capez, que V. Exa. teve um início auspicioso, corajoso. Vossa Excelência tem se pautado trazendo nova dinâmica à Casa.